



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1º Simulado

SEFAZ SC

Pós-Edital

Simulado

SEFAZ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-SC;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da SEFAZ-SC.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-30-10>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Instrução: As questões 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Considerados isoladamente, os problemas da economia mundial eram, com uma exceção, menos sérios. Mesmo entregue a si mesma, ela continuaria a crescer. Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev, a economia devia entrar em outra era de próspera expansão antes do fim do milênio, embora isso pudesse ser por algum tempo dificultado pelos efeitos posteriores da desintegração do socialismo soviético, pelo colapso de partes do mundo na anarquia e na guerra, e talvez por uma dedicação excessiva ao livre comércio global, sobre o qual os economistas tendem a ser mais deslumbrados que os historiadores. Apesar disso, o espaço para expansão era enorme. A Era de Ouro, como vimos, foi basicamente o grande salto avante das “economias de mercado desenvolvidas”, talvez vinte países habitados por cerca de 600 milhões (1960). A globalização e a redistribuição da produção continuariam a trazer para a economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que era uma perspectiva encorajadora para os negócios.

A grande exceção era o aparentemente irreversível alargamento do abismo entre os países ricos e pobres do mundo, processo um tanto acelerado pelo desastroso impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo, e a pauperização de muitos países ex-socialistas. A menos que houvesse uma espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo, parecia provável que o fosso continuaria ampliando-se. A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos, vai tanto contra a experiência histórica quanto contra o bom senso. Uma economia mundial que se desenvolvia pela geração de desigualdades tão crescentes estava, quase inevitavelmente, acumulando encrencas futuras.

Contudo, de qualquer forma, atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e consequências.

Adaptado de HOBBSAWN, Eric. “A Era dos extremos”. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- 01.** Ao constituir uma visão da economia no final do século XX, o historiador Eric Hobsbawm
- a) enfatiza a importância que tiveram os países ricos no desenvolvimento das nações pobres.
 - b) leva em conta, como critério fundamental para o desenvolvimento da economia, a separação das nações “ex-socialistas”.
 - c) faz reconhecer uma expectativa positiva no cenário econômico, mesmo com percalços sociais e políticos.
 - d) aponta como único saldo positivo a emergência do liberalismo econômico em nações capitalista e socialistas até o final da década de 1990.
 - e) salienta a importância que os países ex-socialistas, que fomentaram o descrédito dos países ricos.

02. Estabelecem entre si uma relação de oposição os seguintes segmentos:

- a) (...) *os problemas da economia mundial eram (...) menos sérios / (...) ela continuaria a crescer;*
- b) *Se havia alguma verdade na periodicidade de Kondratiev (...) / (...) a economia devia entrar em outra era de próspera expansão;*
- c) *A grande exceção era o (...) abismo entre os países ricos e pobres (...) / (...) impacto da década de 1980 sobre grande parte do Terceiro Mundo;*
- d) (...) *espetacular queda na taxa de crescimento da população do Terceiro Mundo (...) / (...) o fosso continuaria ampliando-se;*
- e) (...) *geração de desigualdades tão crescentes (...) / (...) acumulando encrencas futuras.*

03. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Foi-nos legado do final do século XX um cenário econômico de desigualdade que não fez jus às expectativas criadas pelos economistas da época.
- b) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com os problemas sociais oriundos do desenrolar do final do século XX.
- c) Era de se esperar que ao menos algumas das nações desenvolvidas no século XIX venham a perpetrar-se no poder.
- d) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo final do século XX, possivelmente hoje não estejamos a enfrentar todos as suas consequências sociais.
- e) Ainda que os economistas do século XX viessem a pensar de forma diferente as metas projetadas para o próximo século, não impedirão o crescimento da desigualdade.

04. *A crença, segundo a economia neoclássica, em que o comércio internacional irrestrito permitiria aos países mais pobres chegar mais perto dos ricos.*

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento *em que o comércio internacional irrestrito permitiria* por

- a) cujo comércio internacional irrestrito permitiria;
- b) do qual o comércio internacional irrestrito poderia permitir;
- c) para que internacionalizar o comércio permitiria;
- d) de que a não restrição do comércio internacional poderia;
- e) em cuja falta de restrição do comércio internacional poderia.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que desejem, tem país que não consegue se desenvolver em face das dificuldades socioeconômicas que o determinam.
- b) O autor do texto está convicto sobre o sucesso que a economia pode vir a ter no futuro, a depender das decisões de cada governante.

- c) Argumentam-se no texto que o desequilíbrio entre países ricos e pobres é um fator determinante para um possível desenvolvimento da economia global.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades igualitárias para países ricos e pobres, não terá sucesso o processo.
- e) Às expectativas e provisões de economistas e políticos devem corresponder sua realização, para que não se frustrem o desenvolvimento das nações.

Instrução: As questões 6 a 10 referem-se ao texto abaixo.

De Roma eu lembro da sede e dos degraus na rua. Inútil falar de qualquer monumento. Só da sede que me resseca a língua, andando nas ruas com escadas.

Soube pela primeira vez do sol em Roma ao ver as pessoas em fuga rente às fachadas brancas. Nas ruas todos seguem de cabeça baixa no lado da sombra. Atravessar uma praça é salto mortal de olho fechado na piscina ofuscante de luz.

Pela manhã ao erguer a cabeça do travesseiro você deixa a tua face molhada no lenço de Verônica.

Posso lavar o rosto com o próprio suor do rosto. Um fósforo aceso não apaga, queima até o fim.

Do vento em junho aqui não há notícia. Esses nichos nas fachadas, com a imagem de santos em santos louça, as únicas manchas negras nos paredões de luz.

Na próxima esquina eu mergulho a cabeça debaixo da fonte. Na seguinte, morrendo de sede, bebo na concha da mão a água cuspidada por feias carrancas de pedra.

Os museus são corredores frescos, por onde passeio com sono e sede. Lá fora, as ruínas no meio da cidade --- da história antiga ou da última guerra?

É a estação do sol, do prato fundo de macarrão com garfo e colher, do vinho e, muito mais, da água. Ao refrigerio das fontes luminosas me acolho para sentir no rosto os pingos do repuxo.

Adaptado de TREVISAN, Dalton. "Roma". Disponível em <<https://www.bpp.pr.gov.br/>>.

06. Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) o autor não se lembra de muitos detalhes de sua viagem à Roma;
- b) a cidade de Roma possui uma paisagem histórica que se entrelaça com um contexto religioso;
- c) o autor não tem boas lembranças da viagem à Roma, principalmente por causa do tempo e das pessoas;
- d) as recordações sinestésicas do autor são mais afloradas do que as reflexões que podem ser feitas sobre a cidade visitada;
- e) a reflexão sobre as condições que a cidade de Roma impõe aos turistas é o foco do autor.

07. I considerável impressão de que a descrição do autor frente II sua experiência de viagem e descoberta da cidade pode ser ainda melhor engendrada por III que possuem a mesma memória imagética.

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) a – à – àqueles
- b) há – a – aqueles
- c) há – à – àqueles
- d) a – a – aqueles
- e) à – a – àqueles.

08. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Agora é possível entender por que todos seguem, de cabeça baixa, no lado da sombra, na rua.
- b) O autor, sentia tanto calor que podia lavar o rosto com o próprio suor do rosto.
- c) Não se havia notícia, do vento em junho, lá. As sombras, que se viam eram apenas as imagens de santos nas fachadas.
- d) Percebe-se que os museus são corredores frescos. Por onde o autor passeia, e lá fora, em contraste, ele vê as ruínas.
- e) Acolhe-se o autor, na esperança de se refrescar, nas fontes luminosas, próximo aos poucos respingos que emergem.

09. De Roma eu lembro da sede e dos degraus na rua.

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Soube pela primeira vez do sol em Roma ao ver as pessoas em fuga rente às fachadas (...);
- b) Pela manhã ao erguer a cabeça do travesseiro você deixa a tua face molhada (...);
- c) Do vento em junho aqui não há notícia;
- d) Na seguinte, morrendo de sede, bebo na concha da mão a água cuspidada;
- e) É a estação do sol, do prato fundo de macarrão com garfo e colher, do vinho.

10. É própria da linguagem conotativa a expressão sublinhada em:

- a) *Só da sede que me resseca a língua, andando nas ruas com escadas;*
- b) *Atravessar uma praça é salto mortal de olho fechado na piscina ofuscante de luz;*
- c) *Um fósforo aceso não apaga, queima até o fim;*
- e) *Na próxima esquina eu mergulho a cabeça debaixo da fonte.;*
- e) *Ao refrigerio das fontes luminosas me acolho para sentir no rosto os pingos do repuxo.*

RACIOCÍNIO CRÍTICO E LÓGICO

Carlos Henrique

11. Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- “Eu não fui”, responde Karen.
- “Foi a Emília”, garantiu Mônica.
- “Foi a Ju”, disse Emília.
- “A Mônica está mentindo”, retrucou Ju.
- “A Karen está falando a verdade”, disse Renata. Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana, quem comeu o bolo?

- a) Karen.
- b) Emília.
- c) Mônica.
- d) Ju.
- e) Renata.

12. Numa pesquisa de mercado, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três produtos; A, B e C. Os resultados das pesquisas indicaram que:

- 210 pessoas compram o produto A.
 - 210 pessoas compram o produto B.
 - 250 pessoas compram o produto C.
 - 20 pessoas compram os três produtos.
 - 100 pessoas não compram nenhum dos três produtos.
 - 60 pessoas compram os produtos A e B.
 - 70 pessoas compram os produtos A e C.
 - 50 pessoas compram os produtos B e C.
- Quantas pessoas foram entrevistadas?

- a) 670
- b) 970
- c) 870
- d) 610
- e) 510

13. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

14. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.

IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

15. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

16. Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:

- a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.
- c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.
- e) Se Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa, então Juliana chegou brava em casa.

17. Em uma pesquisa, foram pedidas posições de pessoas ligadas a transporte público sobre o tema.

Indique a única alternativa que constitui um argumento falacioso apresentado por um dos entrevistados.

- a) Quando se fala em transporte público, as variáveis a serem consideradas são diversas. Uma delas consiste na demanda real e demanda potencial.
- b) Peguei um ônibus diversas vezes por dia para ver quanto tempo gastaria para realizar um trajeto que normalmente realizo em 20 minutos de carro.

c) O transporte público da cidade não atende às nossas necessidades de locomoção. Basta perguntar a qualquer cidadão

d) Se realmente quisermos garantir sustentabilidade ambiental, o transporte público é, sim, uma opção muito mais viável que o carro individual em diversos aspectos!

e) Eu acho ridículo que nossos cidadãos tenham que pagar R\$ 4,00 por um sistema de transporte público que, na minha opinião, é medíocre, lento e sucateado.

18. Quando um teste no detector de mentiras é considerado inconclusivo, isto não se deve propriamente a característica da pessoa examinada. Na realidade, tal resultado significa que o teste não foi capaz de demonstrar se a pessoa foi verdadeira ou mentirosa. Ainda assim, empregadores vão, em alguns casos, recusar um candidato a vaga devido ao resultado inconclusivo do teste.

Qual das seguintes conclusões é mais adequada à informação acima?

- a) A maioria das pessoas examinadas com resultado inconclusivo são, de fato, mentirosas.
- b) Testes em detectores de mentira não devem ser usados pelos empregadores para avaliar candidatos a vagas.
- c) Resultados inconclusivos no detector de mentiras são, às vezes, injustamente usados contra os examinados.
- d) Um teste no detector de mentiras indicando que o examinado é mentiroso pode, às vezes, estar errado.
- e) Alguns empregadores têm evitado considerar resultados de detectores de mentira para a avaliação de candidatos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

19. Apolinário, analista fiscal em determinado estado brasileiro, no exercício de suas atribuições, permitiu que Roberval, seu amigo de infância, se enriquecesse ilicitamente. Apolinário não se enriqueceu, tampouco há comprovação de efetivo prejuízo sofrido pelo Estado.

Nesse caso, consoante dispõe a Lei 8.429/1992 e suas alterações, Apolinário

- a) poderá responder por ato de improbidade, desde que comprovado o dolo do agente público.
- b) poderá responder por ato de improbidade, desde que comprovado o dolo ou a culpa do agente público.
- c) não responde por ato de improbidade administrativa, dada a inexistência de enriquecimento do agente público.
- d) não responde por ato de improbidade administrativa, ante a inexistência de prejuízo ao erário.
- e) poderá responder por ato de improbidade e, portanto, perder seus direitos políticos.

20. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) Para a desestatização de empresa estatal é suficiente a autorização genérica em lei, que veicule programa de desestatização.
- b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- e) Dada a inexistência de personalidade jurídica própria e a ausência de controle por subordinação, características aplicáveis respectivamente a órgãos

públicos e entidades administrativas, tais entes não possuem capacidade processual.

21. À luz do que dispõe a Lei 11.107/2005, que estabelece regras para os consórcios públicos, é correto afirmar que a União:

- a) nunca poderá participar de consórcios públicos.
- b) somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- c) pode participar de quaisquer consórcios celebrados com municípios.
- d) somente pode participar de consórcios com Estados.
- e) somente pode celebrar consórcios de direito público.

22. Considerando os contornos do princípio da autotutela, é correto afirmar que:

- a) a convalidação, sendo ato discricionário, não pode recair sobre atos vinculados que apresentem vícios sanáveis.
- b) a produção de efeitos não retroativos é uma das semelhanças entre a convalidação e a revogação de atos administrativos.
- c) é juridicamente possível a convalidação de atos praticados mediante desvio de finalidade.
- d) é lícito ao Poder Judiciário convalidar, em sua atuação típica, atos administrativos que padecem de vícios sanáveis, desde que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- e) admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

23. Lei do Município de Balneário de Camboriú dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Santa Catarina pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador de Santa Catarina não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) A lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

24. A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

25. Gastón é argentino nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, em viagem para a Argentina, após ter adquirido a nacionalidade brasileira, matou um antigo desafeto. Em 2021, a Argentina solicitou ao Brasil a extradição de Gastón. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Gastón poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Gastón não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

26. A respeito da competência para legislar sobre direito tributário, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

27. Ana, brasileira, residente e domiciliada no Brasil, resolve se casar com Carlos, argentino, residente e domiciliado na Argentina, por quem nutre imensurável amor. De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a LINDB, é correto afirmar que:

- a) Caso o casamento se realize no Brasil, ficará facultado ao casal decidir qual lei será aplicada ao matrimônio, se a do domicílio do noivo, a lei argentina, ou se a lei do domicílio da noiva, a brasileira.
- b) Como ambos possuem domicílio diverso, os casos de invalidade do matrimônio serão regidos pela lei do primeiro domicílio conjugal.
- c) Ao casar-se com Carlos, as regras sobre a capacidade e os direitos de família de Ana, ainda que domiciliada no Brasil, passarão a ser reguladas pela lei argentina.
- d) Caso o casamento ocorra na Argentina, o regime de bens do casal deverá obedecer às leis argentinas, especialmente pelo fato de ambos estarem domiciliados em países diferentes.
- e) Caso o casal resolva se divorciar sob as regras da lei argentina, o divórcio de Ana somente será reconhecido no Brasil após cinco anos da data da sentença e quatro se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo.

28. Clóvis, apaixonado pela ciência, com intuito de contribuir com o desenvolvimento de estudos na área da medicina, resolveu dispor de alguns de seus órgãos e membros em prol de uma universidade desenvolvedora das pesquisas. Em se tratando da disposição do próprio corpo, segundo o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Clóvis não pode dispor do próprio corpo em hipótese alguma, ainda que para depois da morte.
- b) Clóvis poderá dispor do próprio corpo, desde que para depois da morte e, ficando a doação para a universidade suscetível à confirmação por seus familiares.
- c) Clóvis somente poderia dispor do próprio corpo com finalidade altruística, sendo vedada pela lei brasileira a disposição para fins científicos.
- d) Clóvis poderá dispor do próprio corpo, com objetivo científico, para depois de sua morte, porém, uma vez lavrado o termo de disposição, este não poderá mais ser revogado.
- e) Clóvis poderá dispor do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo científico, para depois de sua morte. Contudo, caso não tenha mais tal desejo, poderá revogar o ato a qualquer tempo.

29. De acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002, assinale a alternativa que aborda elemento que torna nulo o negócio jurídico:

- a) Incapacidade relativa do agente.
- b) Vício resultante de coação.
- c) Forma não prescrita em lei.
- d) Defeito resultante de erro.
- e) Vício resultante de fraude contra credores.

30. Segundo o Código Civil de 2002 os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são considerados bens:

- a) Consumíveis.
- b) Divisíveis.
- c) Singulares.
- d) Fungíveis.
- e) Acessórios.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

31. Concernentes à administração da sociedade simples, considere:

- I. As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- II. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.
- III. É nulo o contrato que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- IV. A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, mesmo que não conheça a ilegitimidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

32. Em relação à sociedade limitada, o Código Civil estabelece:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas o sócio remisso responde pela integralização do capital social.
- b) A sociedade limitada rege-se, pelas normas da sociedade simples, porém o contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- c) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- d) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, a não ser

que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

- e) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 1/3 (um terço), no mínimo, após a integralização.

33. Em relação ao regramento específico das Sociedades Anônimas, marque a opção correta:

- a) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- b) O estatuto da companhia ou a assembleia geral fixarão o valor do capital social, expresso em moeda nacional.
- c) O capital social não poderá ser modificado.
- d) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro, em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, em créditos ou em prestação de serviços.
- e) A responsabilidade civil dos subscritores ou acionistas que contribuírem com bens para a formação do capital social será idêntica à do vendedor, porém quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.

34. A operação societária em que duas sociedades se juntam para formar uma nova de maneira que as que se juntaram são extintas e a sociedade decorrente dessa operação assume os direitos e obrigações das sociedades extintas.

- a) incorporação.
- b) cisão total.
- c) cisão parcial.
- d) fusão.
- e) transformação.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

35. Uma empresa fez a emissão de 5.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,50 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2018
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2019 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2019 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 675.000,00 e 6.954.409,52.
- c) 720.000,00 e 7.499.409,52.
- d) 704.999,86 e 7.317.741,18.
- e) 886.668,22 e 7.499.409,52.

36. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

37. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil está demonstrado a seguir:

. Valor de aquisição.....	R\$ 400.000,00
. (-) Depr. Acumulada	(R\$ 205.000,00)
. (=) Valor contábil.....	R\$ 195.000,00

Procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (impairment test), foram obtidas as seguintes estimativas:

. Valor em Uso.....	R\$ 193.500,00
. Valor Justo.....	R\$ 194.500,00

Em consequência, a companhia deverá registrar uma perda de ativos no valor, em R\$, de

- a) 500,00.
- b) 0,00.
- c) 2.000,00.
- d) 1.500,00.
- e) 2.500,00.

38. A empresa É Lenha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012 (em R\$)	Probabilidade de Perda em 31/12/2013	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2013 (em R\$)
1	100.000	Provável	80.000
2	50.000	Possível	60.000
3	0,00	Provável	40.000
4	0,00	Possível	20.000

Com base nestas informações, a empresa É Lenha S.A.

- a) em relação ao processo 1, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 80.000 como despesa referente às Provisões.
- b) em relação ao processo 2, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 60.000 como ganho referente às Provisões.
- c) em relação ao processo 3, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 40.000 como despesa referente às Provisões.
- d) em relação ao processo 4, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 20.000 como despesa referente às Provisões.
- e) apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o valor de R\$ 200.000 como Provisão.

39. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

40. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

41. A Lei Complementar nº 101/2000 “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal...”. Com base no artigo 2º desta legislação,

- a) Empresa controlada é a que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- b) Receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
- d) empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- e) Para os efeitos dessa lei complementar, antes da Federação são apenas: a União, os Estados e os Municípios.

42. Entre os elementos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor, conforme a Lei Complementar nº 101/2000, não se inclui:

- a) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- b) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- c) Critérios e forma de limitação de empenho
- d) Equilíbrio entre receitas e despesas
- e) **Medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.**

43. As informações abaixo sobre despesas orçamentárias do Poder Executivo de um Município de Santa Catarina com mais de 50.000 habitantes, referentes ao exercício financeiro de 2021, foram extraídas do seu sistema de contabilidade, sendo que os valores estão em reais:

Elemento de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa conforme o Regime de Competência	Despesa Paga
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	160.000.000	125.000.000	120.000.000
13 – Obrigações Patronais	40.000.000	35.000.000	32.000.000
16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	20.000.000	10.000.000	8.000.000
43 – Subvenções Sociais	10.000.000	7.000.000	6.000.000
46 – Auxílio-Alimentação	300.000	140.000	125.000

De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o valor da despesa total com pessoal do Poder Executivo municipal referente ao exercício financeiro de 2021 foi, em reais,

- a) 170.000.000,00.
- b) 177.140.000,00.
- c) 220.000.000,00.
- d) 230.300.000,00.
- e) 166.125.000,00.

44. A Lei nº 4.320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Conforme a referida Lei, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.
- d) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

e) Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se em subvenções sociais e econômicas.

45. De acordo com a Lei nº 4.320/64, que dita Normas Gerais de Direito Financeiro, assinale a alternativa correta quanto ao exercício financeiro e aos créditos adicionais.

a) Consideram-se Despesas de Exercícios Anteriores as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

b) Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, serão computados como Restos a Pagar em cada ano de vigência do crédito.

c) Consideram-se recursos para a abertura dos créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior;

d) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

e) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e especiais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

46. Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

a) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva de serviço público específico e divisível, que deve ser efetivamente utilizado pelo contribuinte.

b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a

denominação e demais características formais adotadas pela lei.

c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

d) No caso das taxas, considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

e) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

47. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do imposto

a) pode ser o exercício regular do poder de polícia.

b) pode ser a valorização imobiliária, decorrente de obras públicas.

c) consiste na utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

d) independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

e) depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

48. A respeito da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, “a”, da CF/88, aponte a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca se restringe aos impostos, não alcançando outras espécies tributárias.
- b) A imunidade recíproca não alcança autarquias e fundações.
- c) A imunidade recíproca alcança empresas públicas e sociedades de economia mista de um modo geral, ressalvadas as restrições constantes no texto constitucional.
- d) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- e) A imunidade recíproca se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

49. Aponte a alternativa correta, considerando as regras dispostas no Código Tributário Nacional a respeito da competência tributária:

- a) A competência tributária é delegável, em qualquer caso.
- b) A competência tributária é delegável, desde que a outra pessoa jurídica de direito público.
- c) O não exercício da competência tributária a defere a outro ente federativo diverso daquele a quem tenha sido atribuída.
- d) A capacidade tributária ativa só pode ser atribuída pela própria Constituição Federal.
- e) A capacidade tributária ativa não pode ser concedida a pessoa jurídica de direito privado.

50. A respeito da obrigação tributária, aponte a afirmativa incorreta:

- a) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, se converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- c) A exigência da obrigação acessória pressupõe a exigibilidade da obrigação tributária principal.

d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

e) A obrigação principal compreende não só o pagamento de tributo, mas também o pagamento de multas tributárias.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha

51. A respeito da repetição de indébito, assinale a opção incorreta:

- a) A perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, em nenhuma hipótese.
- b) O direito à restituição independe de prévio protesto pelo sujeito passivo.
- c) A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- d) É devida a restituição no caso de erro na determinação da alíquota aplicável.
- e) A repetição de indébito é ação exclusiva do sujeito passivo.

52. A respeito da restituição de tributos, analise os seguintes itens:

- I. A correção monetária e os juros moratórios incidem a partir da data do trânsito em julgado da sentença.
- II. Em relação aos tributos diretos, o contribuinte de direito só poderá pleitear a restituição, caso prove ter suportado o ônus tributário ou esteja autorizado a receber a restituição por quem suportou o ônus.
- III. O prazo para pleitear a restituição de tributos sujeitos ao autolancamento é de 5 anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador.

Estão corretos apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) Nenhum.

53. Acerca da ação de consignação em pagamento, analise os seguintes itens e assinale a opção correta:

- I. O sujeito passivo não pode escolher o crédito que se propõe a questionar na ação de consignação.
- II. Por ocasião da apresentação em juízo do pedido de consignação em pagamento, considera-se extinto o crédito tributário.
- III. A importância poderá ser consignada pelo sujeito passivo, no caso de exigência por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

Estão corretas, APENAS:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

54. O direito de pleitear a restituição extingue-se após:

- a) 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- b) 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte.
- c) 5 anos contados da data da extinção do crédito tributário.
- d) 2 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- e) 2 anos contados do pagamento indevido.

55. Acerca da ação anulatória contra decisão denegatória de restituição, analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O prazo decadencial para propor a ação anulatória é de 5 anos a contar da decisão denegatória que denegar a restituição.
- II. O prazo decadencial para propor a ação anulatória é de 2 anos a contar da decisão denegatória que denegar a restituição.
- III. A referida ação é de iniciativa do sujeito passivo, exclusivamente.

São corretos, apenas:

- a) I e II.
- b) II e III.

- c) I e III.
- d) II.
- e) III

56. Com base na Portaria SEF nº 226/01, não será analisada a consulta formulada, exceto:

- a) quando versar sobre fato definido em lei como contravenção.
- b) sobre matéria que já tiver sido objeto de decisão proferida em processo administrativo já findo, de interesse do consulente.
- c) à autoridade que não detenha competência para decidi-la.
- d) por estabelecimento contra o qual tiver sido lavrado auto de infração ou termo de apreensão de mercadorias, para apuração de fatos que se relacionem com a matéria consultada.
- e) sobre matéria objeto de consulta anteriormente feita pelo consulente e respondida pela autoridade competente.

57. O prazo máximo para a resposta à consulta é de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

58. De acordo com a Lei Federal nº 6.830/1980, algumas normas deverão ser observadas, quando o executado for citado para pagar a dívida contida na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas normas a ser observada:

- a) A citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma.
- b) A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega do aviso de recebimento à Fazenda Pública.
- c) Se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à Fazenda Pública, a citação será feita por edital.
- d) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 90 dias.
- e) Não haverá hipótese de citação realizada por Oficial de Justiça.

59. Sobre a execução fiscal e de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- b) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- c) Permite-se à Fazenda Pública substituir o sujeito passivo da execução, por intermédio de substituição de Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos.
- d) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- e) É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

60. Na ação de cobrança judicial de dívida ativa, o executado será citado para pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, no prazo de:

- a) 2 dias.
- b) 5 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

61. Sobre a execução fiscal, marque a alternativa correta:

- a) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.
- b) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será regida pela Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, pelo Código Tributário Nacional.
- c) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei 5.172/66 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.
- d) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) Não há resposta correta.

62. A penhora ou o arresto de bens, previstos na Lei de Execuções Fiscais, poderão recair, excepcionalmente, sobre:

- a) Títulos da dívida pública e títulos de crédito que tenham cotação em bolsa.
- b) Estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
- c) Direitos e ações.
- d) Móveis ou semoventes.
- e) Não há resposta correta.

63. Dentre outros requisitos, o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

- a) o nome do credor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio e a residência de um e de outros.
- b) o valor originário da dívida, bem como o termo final e a forma de calcular os juros compensatórios e demais encargos previstos em lei.
- c) a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- d) o número do processo civil e do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
- e) a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo final para o cálculo.

64. Dentre outras possibilidades jurídicas, a execução fiscal poderá ser promovida contra:

- a) O avalista.
- b) O fiel depositário.
- c) O inadimplente de prestação alimentícia.
- d) Os sucessores a qualquer título.
- e) O credor do espólio.

65. A respeito do processo judicial tributário, assinale a opção correta:

- a) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus e habeas data.
- b) Não é possível cumular uma ação declaratória de inexistência de obrigação com uma anulatória de débito.
- c) A concessão de medida cautelar fiscal independe de prova documental da conduta imprópria do sujeito passivo, bastando que seja comprovada a possível lesão ao erário.
- d) O mandado de segurança não é instrumento adequado para se buscar a compensação tributária.
- e) O prazo para o sujeito passivo interpor o mandado de segurança repressivo é de 120 dias a contar da ciência da notificação de lançamento.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

66. De acordo com a legislação catarinense acerca do ITCMD, será objeto de recolhimento do imposto:

- a) A permuta de bens imóveis.
- b) A renúncia feita em favor do monte.
- c) Doação de imóvel a um partido político.
- d) A transmissão inter vivos gratuita de bens particulares ao cônjuge.
- e) A extinção de usufruto que resulte na consolidação da propriedade plena.

67. De acordo com a legislação catarinense acerca do ITCMD, não constitui hipótese de isenção do imposto:

a) o recebimento pelo testamenteiro, de prêmio instituído pelo testador, limitado ao valor da vintena testamentária.

b) a doação de bem imóvel realizada pela União, Estado ou Município, com vistas à regularização fundiária, desde que feita a integrante de família com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos e que o imóvel seja destinado para uso do beneficiário e de sua família.

c) a doação, cujo valor não exceda ao equivalente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

d) a doação, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, feita à sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual.

e) nenhuma das anteriores.

68. Cássio, domiciliado em Garopaba/SC, faleceu, deixando sua esposa Adélia e 3 filhas: Cristina, Maria e Léa. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 3.000.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Adélia apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 500.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Adélia receberia bens no valor total de R\$ 1.600.000,00. Cristina nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Léa ficou com R\$

1.000.000,00, em razão de Maria ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, pode-se verificar a ocorrência de:

a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.

b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 3 relativos a transmissões por doação.

c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.

d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 1 relativo a uma transmissão por doação.

e) Não é possível responder a questão, pois não foi informada a quantidade de bens transmitidos.

69. Dimulé, que era domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, lá faleceu e deixou como herança um imóvel localizado no Estado da Bahia e dois veículos licenciados no Rio de Janeiro a seus três filhos, Didi, Dedé e Dudu, domiciliados nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. A partilha foi feita de acordo com o disposto no Código Civil, respeitando a legítima dos herdeiros.

De acordo com a Lei estadual catarinense, nessa situação hipotética, sabendo que o inventário extrajudicial foi processado em São Paulo, a Secretaria da Fazenda catarinense:

a) não poderá cobrar ITCMD sobre nenhum dos bens transmitidos.

b) poderá cobrar ITCMD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo dois fatos geradores.

c) poderá cobrar ITCMD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo três fatos geradores.

d) poderá cobrar ITCMD sobre todos dos bens transmitidos, havendo um fato gerador.

e) poderá cobrar ITCMD sobre todos dos bens transmitidos, havendo dois fatos geradores.

70. De acordo com a Portaria SEF 226/01, acerca do instituto da consulta, é correto afirmar que:

- a) somente o sujeito passivo poderá apresentá-la.
- b) será submetida a procedimento sumário a consulta que versar exclusivamente sobre a sujeição ou não de mercadorias aos regimes de substituição tributária.
- c) a sua formulação, em nenhuma hipótese, implicará dispensa de atualização monetária de tributo considerado devido.
- d) em qualquer caso, a sua protocolização impede, durante o prazo fixado na legislação, o início de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.
- e) em qualquer hipótese, a sua resposta aproveita tão somente o consulente.

71. Com base na lei complementar 313/05 – Código de Direitos e Obrigações dos Contribuintes –, pode-se dizer que, em regra, o prazo para a conclusão de procedimento de fiscalização, é de:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 90 dias.
- d) 120 dias.
- e) 180 dias.

72. Com base na legislação que rege o PAT no estado de Santa Catarina, pode-se afirmar que perderá o mandato o Conselheiro que:

- a) ausência injustificada a 6 sessões alternadas, por mandato.
- b) descumprimento de meta de produtividade por 2 meses alternados, por mandato.
- c) ausência injustificada a 3 sessões consecutivas, desde que no mesmo exercício.
- d) descumprimento de meta de produtividade por 2 meses consecutivos, desde que no mesmo exercício.
- e) ausência a 3 sessões consecutivas ou a 6 alternadas, por mandato, ainda que por motivo de licença médica.

73. Com base na legislação que rege o PAT no estado de Santa Catarina, pode-se afirmar que o prazo para apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, é de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

74. Segundo o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), o imposto não incide, exceto:

- a) Nas operações com livros, jornais e periódicos.
- b) Nas operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização
- c) Nas operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- d) Nas operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro.
- e) Nas operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar

75. Segundo o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), no âmbito de uma operação interna com mercadorias destinadas a não contribuintes do imposto, incidirá a alíquota de 25%:

- a) Nas operações com energéticos e afins.
- b) Nas operações com gasolina automotiva.
- c) Nas operações com coque de carvão mineral.
- d) Nos fornecimentos de alimentação em bares.
- e) Nas operações com drones.

76. De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), não se configura fato gerador do imposto:

- a) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- b) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- c) o recebimento de mercadorias, destinadas a consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra unidade da Federação.
- d) a entrada, no território do Estado, em operação interestadual, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- e) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

77. De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), não se configura fato gerador do imposto:

- a) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- b) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- c) o recebimento de mercadorias, destinadas a consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra unidade da Federação.
- d) a entrada, no território do Estado, em operação interestadual, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- e) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

78. De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

- a) do ato inicial do transporte iniciado no exterior.
- b) da entrada, no estado catarinense, de mercadoria oriunda de outro Estado ou do Distrito Federal, destinada a consumo ou ao ativo permanente.
- c) da entrada no estabelecimento por ocasião de aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados.
- d) do desembarço aduaneiro dos bens ou mercadorias importados do exterior.
- e) do fim da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de qualquer natureza.

79. De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

- a) tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento que receber a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado.
- b) tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, o da repartição aduaneira onde ocorrer a entrada física.
- c) tratando-se de mercadoria ou bem, o estabelecimento em que a mercadoria entrar, quando houver arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados.
- d) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão ou semelhantes com que o serviço é pago.
- e) tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento remetente, inclusive de consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

80. Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias. Acerca do tema e de acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.
 - II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.
 - III. Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.
 - IV. Considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante ou na captura de pescado.
- a) Há quatro itens corretos.
 - b) Há três itens corretos.
 - c) Há dois itens corretos.
 - d) Há um item correto.
 - e) nenhum item está correto.

81. Segundo o Regulamento do ICMS do estado de Santa Catarina (RICMS-SC), considera-se operação de exportação a saída de mercadoria com o fim específico de exportação para alguns estabelecimentos. Se enquadra nessa situação a saída para

- a) outro estabelecimento do mesmo titular.
- b) trading.
- c) armazém alfandegado.
- c) entreposto aduaneiro.
- e) todos os itens acima.

Enunciado para as questões **82 e 83**

Dia 01/09/2021, Dimulé, residente em Roraima, fechou contrato de importação equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de \$ 1.000 (mil dólares). Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou no porto em 10/09/2021 e foi entregue ao destinatário em 15/09/2021. Por autorização da legislação o desembaraço se deu apenas no dia 29/09/2021.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso as taxas eram:

01/09/2021 – R\$ 3,50

10/09/2021 – R\$ 3,23

15/09/2021 – R\$ 3,40

29/09/2021 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota de 18% de ICMS, de acordo com as informações acima julgue as questões 82 e 83 abaixo:

82. O ICMS é devido a

- a) Roraima, em 29/09/2021.
- b) Roraima, em 15/09/2021.
- c) São Paulo, em 15/09/2021.
- d) São Paulo, em 29/09/2021.
- e) Roraima, em 10/09/2021.

83. O ICMS devido na operação de importação é de:

- a) R\$ 1.042,68.
- b) R\$ 1.000,68.
- c) R\$ 855,00.
- d) R\$ 1.082,68.
- e) R\$ 900,37.

Enunciado para as questões **84 e 85**

Determinado contribuinte industrial localizado em Roraima efetuou as seguintes operações em determinado período fiscal:

- 1) Recebimento de material de uso/consumo, com ICMS destacado no valor de R\$ 1.000.
- 2) Venda de mercadoria de fabricação própria por R\$ 10.000 para contribuinte localizado no Estado de Alagoas.
- 3) Aquisição de matéria-prima com ICMS destacado no valor de R\$ 30.000 para fabricação de mercadorias que saem com isenção do imposto, sendo essa situação inicialmente desconhecida.
- 4) Recebimento de energia elétrica com ICMS destacado no valor de R\$ 10.000, sendo que 80% da energia foi utilizada no parque industrial e a 20% em atividades administrativas.
- 5) Jogou fora metade do material de uso e consumo recebido no mês uma vez que a mercadoria pereceu.
- 6) Houve extravio de 20% da matéria-prima adquirida, antes das vendas isentas serem conhecidas.
- 7) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada sem similar nacional para revendedor no Rio de Janeiro.
- 8) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada com similar nacional e não produzida de acordo com os processos produtivos básicos para revendedor na Bahia.
- 9) Adquiriu um ativo permanente, cujo ICMS corretamente destacado era de R\$ 1.200.

84. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O contribuinte pode se creditar do ICMS da aquisição de matéria-prima, mas não do ICMS referente ao recebimento de material de uso/consumo.
 - II. A energia elétrica adquirida dá direito a crédito em sua totalidade, por se tratar de um estabelecimento industrial.
 - III. O contribuinte deve estornar crédito referente às mercadorias de uso e consumo que pereceram.
- a) Está correto o item I, apenas.

- b) Está correto o item II, apenas.
c) Está correto o item III, apenas.
d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
e) Todos os itens estão corretos.

85. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O contribuinte deverá estornar parcialmente o crédito de ICMS referente às matérias-primas adquiridas.
 - II. O total de débitos do período é de R\$ 8.300.
 - III. No período fiscal em que o ativo permanente deu entrada no estabelecimento, o contribuinte poderá se creditar de R\$ 1.200.
- a) Está correto o item I, apenas.
b) Está correto o item II, apenas.
c) Está correto o item III, apenas.
d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
e) Todos os itens estão corretos.

86. Acerca dos créditos acumulados no RICMS-SC, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. Os créditos acumulados serão utilizados prioritariamente para compensação de débitos próprios do estabelecimento.
 - II. Poderão ser transferidos, a qualquer estabelecimento do mesmo titular ou para estabelecimento de empresa interdependente, neste Estado, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações destinadas ao exterior.
 - III. O saldo credor acumulado referente as mercadorias exportadas, poderá ser compensado com o imposto devido na entrada de máquinas e equipamentos importados diretamente do exterior do país, destinados ao ativo permanente do importador.
- a) Está correto o item I, apenas.
b) Está correto o item II, apenas.
c) Está correto o item III, apenas.
d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
e) Todos os itens estão corretos.

87. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto. Acerca do tema julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, desde que jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento de disposições da legislação do imposto, mesmo as que gozarem de imunidade ou isenção.

II. Os agentes do fisco terão acesso às dependências internas do estabelecimento, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos encarregados diretos presentes no local.

III. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio da Gerência Regional da Fazenda Estadual, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de notificação por embarço à ação fiscal.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

88. O crédito tributário decorrente de ICMS vencido e não pago, poderá ser parcelado:

- a) em até 12 prestações, quando denunciado espontaneamente.
- b) em até 48 prestações, quando exigido por Notificação Fiscal.
- c) em até 24 prestações, quando denunciado espontaneamente.
- d) em até 36 prestações, quando exigido por Notificação Fiscal.
- e) em até 24 prestações, quando denunciado espontaneamente.

89. Acerca do IPVA assinale a opção correta:

- a) Considera-se ocorrido o fato gerador na data da aquisição, em relação a veículos nacionais usados.

- b) Considera-se ocorrido o fato gerador no dia 1º de janeiro para veículos novos.

- c) Considera-se ocorrido o fato gerador relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora na data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território deste Estado, em se tratando de veículo registrado anteriormente em outro Estado.

- d) É contribuinte do IPVA o adquirente ou remetente do veículo automotor, quanto aos débitos do proprietário ou proprietários anteriores.

- e) Na hipótese de chassi ainda não encarroçado, considera-se ocorrido o fato gerador no momento da entrada, do estabelecimento industrializador, do conjunto formado pela carroceria acoplada ao respectivo chassi.

90. Acerca das alíquotas do IPVA, julgue os itens e assinale a opção correta:

I. A alíquota de IPVA é de 3% para veículos terrestres de passeio.

II. A alíquota de IPVA é de 1% para veículos terrestres de duas rodas.

III. A alíquota de IPVA é de 1% para aeronaves.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Está correto o item III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

91. Não se exigirá o IPVA

I. de consulados credenciados junto ao Governo brasileiro.

II. sobre a propriedade de ambulância.

III. de fundações instituídas pelo Estado.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Está correto o item III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

92. O pagamento do IPVA fora do prazo será efetuado com o acréscimo de multa de mora de ___ ao dia até o limite de _____ do valor corrigido do imposto.

Assinale a alternativa que complete, na sequência apresentada, a frase acima.

- a) 0,3% e 20%.
- b) 0,6% e 10%.
- c) 1% e 10%.
- d) 1% e 20%.
- e) 0,9% e 10%.

93. Acerca do IPVA, julgue os itens e assinale a opção correta.

I. O pagamento do IPVA não exclui a incidência de taxa ou imposto incidente sobre a utilização de veículos automotores.

II. São responsáveis pelo pagamento do imposto e dos acréscimos legais o fiduciante ou possuidor direto, em relação ao veículo automotor objeto de alienação fiduciária em garantia.

III. Os valores estabelecidos como base de cálculo para efeito do cálculo do imposto devido, para veículos automotores usados, não poderão ser inferiores aos vigentes no mercado para veículos similares em estado de novo.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

94. De acordo com a lei 7.541/88, que dispõe sobre taxas estaduais, assinale a alternativa incorreta.

- a) É fato gerador da taxa de serviços gerais a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia.
- b) São isentos de taxas de serviços gerais os atestados de vacina.
- c) Contribuinte da taxa judiciária é o réu da ação.

d) A falta de recolhimento da taxa sujeita o infrator a multa de 50% do valor da taxa.

e) São isentos da taxa judiciária os processos de nomeação e remoção de tutores e testamenteiros

95. De acordo com a lei 5.983/81, o prazo para pagamento da Notificação Fiscal é de_____, contados da data em que for cientificado o sujeito passivo.

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) 30 dias.
- d) 15 dias.
- e) 05 dias.

96. De acordo com a lei 5.983/81, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. Quando a ação ou omissão configurar infração de mais de um dispositivo, será imposta ao infrator a multa mais grave, não se admitindo acumulação.

II. O contribuinte que, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, sanar irregularidades verificadas no cumprimento das obrigações tributárias acessórias ficará excluído da responsabilidade pela infração.

III. Implica o cancelamento do parcelamento e a perda do benefício o atraso de 3 parcelas, sucessivas ou não, ou o transcurso de 90 dias do vencimento da última parcela, caso ainda reste saldo a recolher, mantendo-se o benefício em relação às parcelas pagas.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

97. De acordo com o RICMS-SC, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.
 - II. O ICMS não incide sobre operações de arrendamento mercantil, compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
 - III. São responsáveis pelo pagamento do ICMS os armazéns gerais quando receberem para depósito mercadorias desacompanhadas de documento fiscal idôneo.
- a) Está correto o item I, apenas.
 - b) Está correto o item II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - e) Todos os itens estão corretos.

98. De acordo com o RICMS-SC, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.
 - II. O arbitramento poderá basear-se em quaisquer elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou à efetivação das operações ou prestações.
 - III. O arbitramento do valor de bens, mercadorias ou serviços será precedido de intimação ao sujeito passivo para, no prazo de 60 dias, apresentar os esclarecimentos e provas que julgar necessários, os quais serão anexados ao processo administrativo, no caso de impugnação do lançamento.
- a) Está correto o item I, apenas.
 - b) Está correto o item II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - e) Todos os itens estão corretos.

99. De acordo com o RICMS-SC, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. O IPI, em regra, integra a base de cálculo do ICMS.
 - II. Não integram a base de cálculo do ICMS os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo a consumidor final.
 - III. Integram a base de cálculo do ICMS as bonificações em mercadoria.
- a) Está correto o item I, apenas.
 - b) Está correto o item II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - e) Todos os itens estão corretos.

100. De acordo com o RICMS-SC, a alíquota utilizada para operações interestaduais com mercadoria cujo conteúdo de importação é de 45% é de

- a) 12%
- b) 7%
- c) 13%
- d) 4%
- e) 17%

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-30-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>